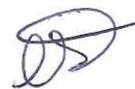


MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA SUL-RIO-GRANDENSE
CONSELHO SUPERIOR

Ata nº 05/2018

1 Aos vinte e sete dias do mês de setembro de dois mil e dezoito, o Conselho Superior do
2 IFSul realizou reunião ordinária nas dependências do câmpus Venâncio Aires, sob a
3 presidência do reitor, professor Flávio Luis Barbosa Nunes. Presentes os conselheiros e
4 convidados Fernando Rodrigues Montes D'Oca, Thais Burlani Neves, Fernando Alves
5 Alderette, Karen Nunes Montes D'Oca, Álvaro Luiz Carvalho Nebel, Fernando Jassin
6 Gutierrez, Nelson Luiz Reyes Marques, Emanuel Marques Queiroga, Jonatas Rosa da
7 Silva, Tales Emílio Costa Amorim, Gabriel Rockenbach de Almeida, Raquel Sperb
8 Xavier, Bruna Corvello Stiff, Marco Antônio da Silva Vaz, Paulo Ott Tavares, Vitor de
9 Abreu Rodrigues, Julia Ninggermann Faria, Celso Silva Gonçalves, Francilon Lima
10 Simões, Luis Felipe Costa Cunha, Fernanda Graciele Bispo de Oliveira, Giulia D'Avila
11 Vieira, Max Lindoberto Castro Gonçalves, Maria Eduarda Simões de Lima, Daniel
12 Gonçalves Emmanuelli, Fabian Eduardo Debenedetti Carbajal, Antônio Carlos de
13 Madalena Genz, Cristian Oliveira da Conceição, Fernando Luis Herrmann, Gabriele Laís
14 Mandler, Raylon Gabriel Pinheiro da Silva, Carlos Jesus Anghinoni Correa, Ana Cristina
15 Rodrigues da Silva, João Abadi Soares Prietsch, Jussara Maria da Silva Pereira, Mara
16 Cristina Caipú Mendes, Charles Soares Huber, Maria Carolina Fortes, Giuliana
17 Gonçalves do Carmo de Oliveira, Fábio Moreira de Oliveira, Jeferson Fernando de Souza
18 Wolff, Charles Sidarta Machado Domingos, Emily da Costa Pinto, Grazielle Nogueira da
19 Silva, Carla Comerlato Jardim, Daniela da Rosa Curcio, Mack Léo Pedroso, Tomaz
20 Fantin de Souza, Gislaine Gabriele Saueressig, Everton Santos, Rocelito Lopes de
21 Andrade, Marcus Eduardo Maciel Ribeiro, Rafael Theis Dittgen, Elton Rodrigues da
22 Silva, Flávia Katrein da Costa, Natalí Farias Cardoso, Cláudia Redecker Schwabe, Claire
23 Gomes dos Santos e Michele Roos Marchesan, Rodrigo Nascimento da Silva, Marilice
24 Chapper, Nilo André Pozza Rodrigues e Edgar Antônio Costa Mattarredona. Justificaram
25 ausência os conselheiros Clotilde Victória Conceição, Lucas Vanini e Glaucia Carine
26 Tasso dos Santos. O presidente cumprimentou os presentes e passou a palavra ao diretor
27 do câmpus Venâncio Aires que também saudou os conselheiros, falou sobre os eventos
28 da MOVACI que está sendo realizada no câmpus e convidou para que, no intervalo da
29 reunião, os conselheiros assistissem à peça teatral apresentada pelos alunos. O presidente
30 teceu algumas considerações sobre incidente envolvendo alunos do câmpus Gravataí e
31 também sobre as situações de suicídio nos câmpus Sapucaia do Sul e Pelotas e pediu
32 apoio de todos os conselheiros, não só dos diretores, que estão mais perto dos alunos que
33 observem sinais e levem alguma observação às direções ou coordenações, evitando que
34 as situações cheguem ao extremo. Solicitou que todos os conselheiros preencham a
35 avaliação institucional e motivem os colegas a também o fazer. Dando início às
36 atividades, foram **empossados os novos conselheiros** e, a seguir, colocadas em
37 apreciação as **atas 02 e 04/2018**, aprovadas, com três abstenções. A seguir foram
38 colocadas em apreciação as **portarias ad referendum nºs 2158** (regulamento para eleição
39 de diretor-geral do câmpus Lajeado), **2314** (alteração de calendário acadêmico do câmpus

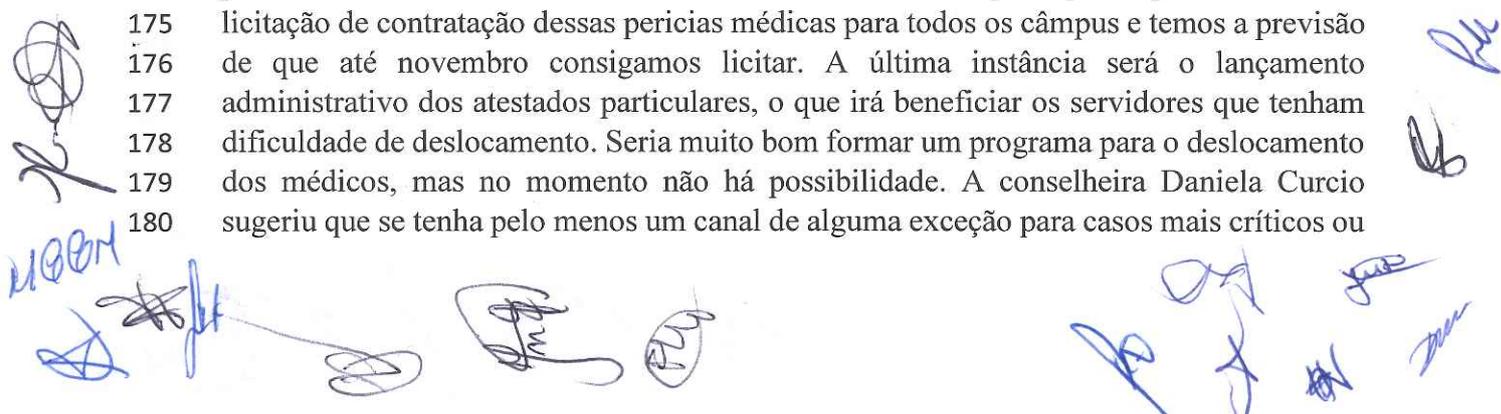


40 Avançado Jaguarão), **2380** (regulamento para eleição de diretor-geral do câmpus
41 Gravataí) e **2566** (alteração no Plano de Oferta de Vagas). A conselheira Flávia Costa
42 questionou o porquê de os regulamentos para escolha de diretor-geral terem sido
43 aprovados via *ad referendum*, tendo o presidente explicado ter sido em função de, sendo
44 ano eleitoral, haver um limite temporal para tais processos. Colocadas em votação, as
45 portarias foram homologadas por unanimidade. A seguir, o presidente submeteu à
46 apreciação o resultado dos **processos eleitorais para o cargo de diretores-gerais dos**
47 **câmpus Gravataí, Lajeado e Sapiranga**, homologados por unanimidade. Os eleitos,
48 servidores Marco Antônio da Silva Vaz, Cláudia Redecker Schwabe e Fernando
49 Rodrigues Montes D'Oca foram saudados pelo presidente, que ressaltou ser o servidor
50 Marco Antônio da Silva Vaz o primeiro servidor técnico-administrativo eleito diretor-
51 geral. Entrou em pauta a redução de carga horária docente para pós-graduação *lato sensu*.
52 A conselheira Claire Santos questionou a possibilidade de **redução de carga horária**
53 **docente para pós-graduação lato sensu**. Lembrou que existe esta possibilidade para
54 quem faz mestrado e doutorado, que entende ser um ganho considerável para o docente;
55 no caso específico é curso de gestão de projetos, o câmpus tem curso técnico na área de
56 administração e o docente que pediu a pauta tem interesse em fazer pós em gestão, o que
57 influenciaria na disciplina e em outra que ele vá trabalhar; que a redução não seria no
58 horário de sala de aula, mas de permanência no câmpus. O pró-reitor Nilo Pozza explicou
59 que o nosso programa de capacitação prevê redução para docentes e técnicos, mas a
60 grande dificuldade é o suprimento da carga horária, uma vez que não é permitida
61 contratação de substituto, dependendo da direção do câmpus e da coordenadoria do curso
62 a absorção da carga horária, que se houver esta possibilidade não vê impedimento. A
63 conselheira Michele perguntou se, caso fizesse uma especialização poderia solicitar
64 novamente redução de carga horária. O pró-reitor respondeu que o regulamento está sendo
65 criado e vendo esta possibilidade principalmente para quando houver relação direta com
66 as atribuições do ambiente de trabalho. O conselheiro Tomaz Souza lembrou serem duas
67 questões: o tempo que o docente fica na instituição e a contabilização na RAD como
68 capacitação. O conselheiro Emanuel Queiroga perguntou se existe regulamento no IFSul
69 fixando 25 horas se é pré-definido. O pró-reitor Nilo Pozza respondeu que está previsto
70 no programa de capacitação aprovado em 2007, está vigente e ampara a jornada mínima
71 de 35 horas. O conselheiro disse ser importante estudar a redução para 20 horas, o que
72 evitaria o afastamento de servidores. O presidente propôs que a PROGEP estude a
73 possibilidade e leve ao jurídico para análise, trazendo o retorno ao Conselho. Entrou em
74 discussão a **alteração na composição dos membros do NUGAI**. A conselheira Michele
75 Marchesan explicou que o interesse dos docentes que chegaram ao câmpus em participar
76 do Núcleo, fez com o número de membros extrapolasse o limite máximo. O presidente
77 disse que a discussão deve ser levada aos demais NUGAIs. A representante da DDI disse
78 não ver impedimento, mas como há um regulamento aprovado, o comitê diretor de gestão
79 ambiental integrada deve se reunir com os NUGAIs para discutir o regulamento e propor
80 a alteração proposta pela conselheira. O assunto a seguir foi a **Instrução Normativa 01**
81 **- Retirada de ponto eletrônico dos docentes**. O conselheiro Marcus Ribeiro questionou
82 a possibilidade da retirada do ponto eletrônico, uma vez que há encaminhamentos
83 diversos nas instituições e até porque a tecnologia influi de maneira diferente nos câmpus;
84 disse que no câmpus Avançado Novo Hamburgo a atualização é demorada, não há
85 possibilidade de acompanhamento diário do ponto e que a atividade docente também
86 engloba projetos de trabalho. O pró-reitor Nilo Pozza disse que participou de reunião do

Handwritten signatures and initials in blue ink are present at the bottom of the page, including a large signature on the left and several smaller ones on the right.

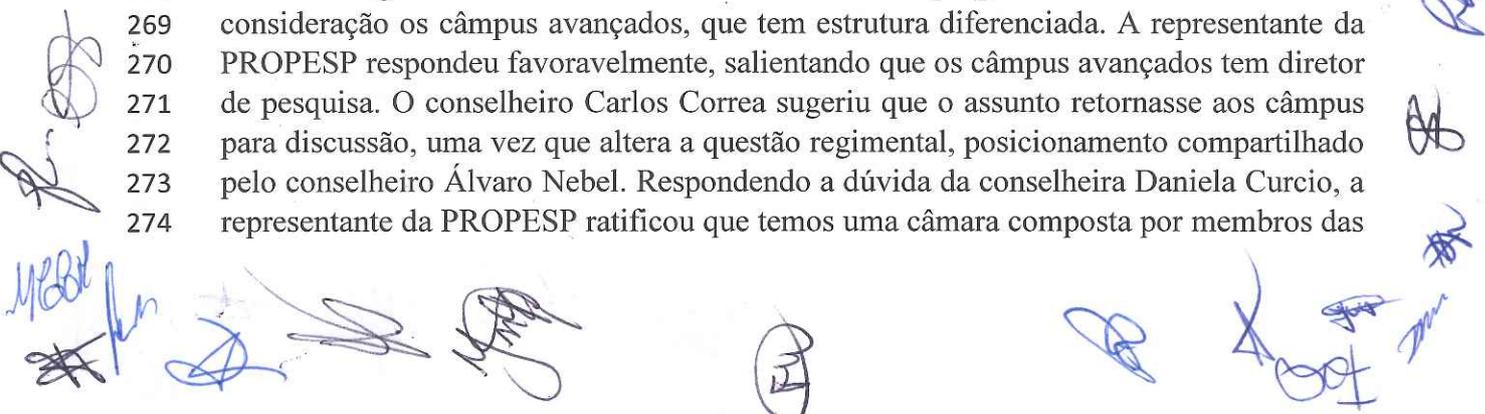
87 FORGEP, semana passada, quando incentivou a discussão das IN 01 e 02, em virtude de
88 todos os questionamentos que estão surgindo, dúvidas e formas de aplicar Por falta de
89 tempo ficou decidido que na reunião dos dias 16 a 18 de outubro as IN serão discutidas;
90 que no último dia da reunião houve palestra da CGU tratando da flexibilização da jornada
91 de trabalho e da insalubridade, salientou que os órgãos de controle estão muito vigilantes
92 e que é preciso muito cuidado para fazer concessões com segurança. O conselheiro
93 Francilon Simões disse que a IN 01 prevê critérios para dispensa do ponto, pois cita plano
94 de trabalho detalhado, o que o faz entender que a RAD se encaixa no plano de trabalho,
95 possibilitando a dispensa do ponto eletrônico, mas teríamos que avançar um pouco nessa
96 discussão. A conselheira Claire Santos explicou que o câmpus discutiu a IN 02, chegando
97 à conclusão que não é um simples plano de trabalho, é um plano que prevê metas e
98 resultados mensuráveis, inclusive no período de experiência docente; o diretor tem
99 liberdade plena de escolher o docente que está alcançando o resultado, que é de curto
100 prazo, será avaliado ao longo do ano, talvez ao longo de um ou dois meses, e nenhum
101 projeto tem de fato um prazo para trazer resultado efetivo para o câmpus. A IN parece
102 trazer uma vantagem para os docentes, mas traz um peso muito forte. O presidente disse
103 que esta IN carece de muita interpretação, que o CONIF se propôs a fazer uma reunião
104 extraordinária no fórum de gestão de pessoas para analisar especificamente as IN 01 e 02,
105 para então fazer os devidos encaminhamentos. Lembrou que o ponto eletrônico existe em
106 alguns institutos, outros não, mas há notícias que a CGU está fazendo com que retorne,
107 por isso temos que tomar qualquer decisão com muita clareza e tranquilidade; propôs
108 aguardar a reunião do CONIF, que vai tomar uma posição nacional e levar à CGU e TCU
109 para uma análise conjunta, evitando que tenhamos de voltar atrás numa decisão tomada;
110 que tem clareza que o ponto pode ser abolido, desde que haja mecanismos de
111 acompanhamento do controle das atividades. A conselheira Flávia Costa lembrou que a
112 IN 02 diz quais são os servidores que estão dispensados do ponto e a IN 01 não fala em
113 dispensa, ela considera que em alguns momentos o servidor trabalha fora da instituição e
114 não precisa registrar, mas estando na instituição deve fazê-lo. O conselheiro Mack
115 Pedroso disse ser favorável à liberação, mas é lei e deve ser cumprida; receia que ao
116 liberar o servidor do ponto o esteja desprotegendo, por isso há necessidade de amparo
117 jurídico forte. O conselheiro Francilon Simões disse que o que acontece hoje é um
118 sombreamento de controle do ponto, uma vez que a RAD já serve como instrumento de
119 controle, pois especifica como o docente organiza suas 40 horas. O pró-reitor Nilo Pozza
120 explicou que, além da legalidade, existe preocupação na questão da saúde do servidor; o
121 legislador, ao impor a necessidade de intervalo para refeições, se preocupa com a quebra
122 da continuidade do ritmo de trabalho, para que isso não acabe prejudicando a saúde do
123 servidor; o trabalho em demasia vai acabar afetando sua saúde, o que vai refletir em
124 prejuízo ao governo, se o servidor se afastar para tratamento. O presidente encaminhou
125 no sentido de aguardar o trabalho do FORGEP para trazer o assunto novamente à pauta,
126 ratificando que qualquer ação deve ser tomada com tranquilidade e respaldo da legislação.
127 Lembrou que a IN 02 também afeta os TAs pois define que setores podem fazer a jornada
128 de 6 horas; que no momento o IFSul tem situação de litígio com o TCU, que reconheceu
129 nossos argumentos e agora está na análise do mérito. A conselheira Gabriele Mandler, ao
130 abordar a **composição do Conselho Superior**, pediu esclarecimentos sobre quantos
131 conselheiros faltam ser eleitos para cumprir o regulamento; disse que percebeu
132 dificuldade de atingir quórum, temos que ter os conselheiros eleitos para que consigamos
133 fazer as discussões. O presidente explicou que está fazendo trabalho para a recomposição

134 do Conselho, marcou encontro com os grêmios em Pelotas em 8/10, ocasião que também
135 vai aproveitar para promover espaço de diálogo entre os grêmios, centros acadêmicos e
136 suas atividades, fazer uma qualificação; resgatamos a presença da prefeitura, temos uma
137 representação ainda não resgatada dos egressos, que é outra dificuldade de juntar todas
138 as agremiações, não há uma estrutura para poder chamar. Há dificuldades para
139 representante TA da reitoria, já foram feitas 3 chamadas e não houve nenhuma inscrição
140 para compor a COE, já foi feita a prorrogação para garantir a representação, que da
141 sociedade civil é mais complexa, precisa pensar como regulamentar isso dentro do próprio
142 conselho. A conselheira Carla Jardim explicou que no IF Farroupilha resolveram a
143 questão da representação da sociedade civil da seguinte maneira: cada câmpus tem um
144 representante da sociedade civil, um representante docente e discente, e TA. O egresso
145 não é por câmpus, é institucional. Para os egressos, publicam um edital, o critério é sorteio
146 interessados participam. A conselheira Flávia Costa disse que é o momento de reavaliar
147 o regulamento, os mandatos devem ser únicos e a transparência dos mandatos deve estar
148 publicada. O presidente sugeriu compor comissão no Conselho com quatro componentes:
149 discente, docente, TA e CODIR para apresentar proposta. Outra sugestão foi que um
150 câmpus organizasse uma chapa, conversasse com os quatro segmentos e trouxesse uma
151 proposta. O presidente colocou em votação as propostas. Proposta 1, ter comissão de um
152 câmpus com os quatro segmentos. Proposta 2, compor comissão votando individualmente
153 em cada segmento, independente do câmpus. A proposta 2 venceu por maioria, com duas
154 abstenções. A conselheira Daniela Curcio sugeriu a participação do sindicato na
155 comissão. Colocada em votação, foi aprovada, com uma abstenção. Foram escolhidos
156 para compor a comissão Gabriele Mandler, Cristian Conceição, Fernanda Oliveira,
157 Francilon Simões e Daniela Curcio, representando o sindicato, que deverão estabelecer
158 um cronograma para o trabalho. A conselheira Gabriele Mandler falou sobre as **perícias**
159 **médicas**. Considerou que do jeito que está gera prejuízo para todos. A pessoa fica doente,
160 já tem um gasto e falta ao serviço o que acaba gerando um prejuízo, depois ela é chamada
161 para fazer a perícia tendo então outro gasto com o deslocamento; também fez menção à
162 situação da dificuldade de deslocamento de colega gestante. Sugeriu que, em vez do
163 servidor de deslocar, o médico fosse até ele. Propôs também a marcação das consultas de
164 colegas do mesmo câmpus num único dia, para irem juntos fazer a perícia. O pró-reitor
165 Nilo Pozza disse ser imposição do governo federal, somos obrigados a seguir essa
166 legislação e, ao mesmo tempo, o governo federal não dá as condições para que possamos
167 atender essa necessidade. Está trabalhando para resolver o mais rápido possível, existem
168 algumas possibilidades em que se pode dispensar o servidor da perícia, que será
169 justificado de forma consistente às instâncias superiores. Não havendo unidades SIASS
170 perto da lotação do servidor, pode-se partir para convênios com instituições públicas, e já
171 estamos tentando desde o início do ano, enviando ofícios para vários órgãos, incluindo o
172 INSS, para o qual ontem encaminhamos o terceiro ofício reiterando a solicitação.
173 Pretende esgotar todas as opções, se o INSS der resposta negativa vamos mandar ofícios
174 para as unidades do SUS. Estamos reunindo um conselho para que se possa fazer uma
175 licitação de contratação dessas pericias médicas para todos os câmpus e temos a previsão
176 de que até novembro consigamos licitar. A última instância será o lançamento
177 administrativo dos atestados particulares, o que irá beneficiar os servidores que tenham
178 dificuldade de deslocamento. Seria muito bom formar um programa para o deslocamento
179 dos médicos, mas no momento não há possibilidade. A conselheira Daniela Curcio
180 sugeriu que se tenha pelo menos um canal de alguma exceção para casos mais críticos ou



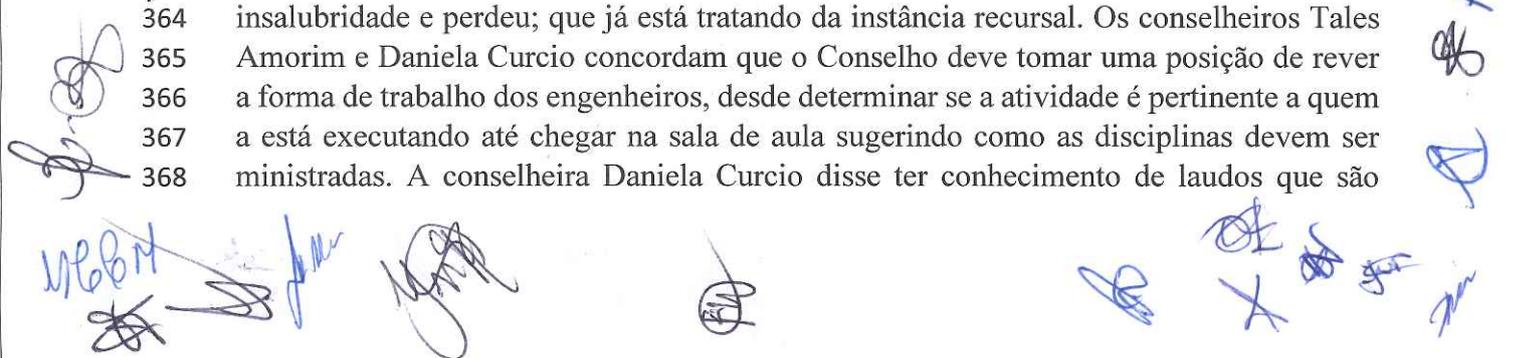
181 que precisam de mais urgência ou assistência, até solucionar esse problema, ou que se
182 consiga pelo menos um transporte para o deslocamento do servidor. O presidente disse
183 que as situações especiais têm que ser tratadas diretamente com a PROGEP, para tentar
184 achar uma solução. Explicou já ter pensado em licitar externamente as perícias, mas
185 considerando o número de atestados recebidos, o valor chegaria a R\$ 360.000,00 anuais.
186 Salientou que o processo não tem andado porque estamos no aguardo da resposta das
187 instituições contatadas. O presidente pediu para alterar a ordem da pauta, porque há
188 servidores que precisam retornar mais cedo e há dois temas que necessitam de quórum
189 qualificado para votação e aprovação, existente neste momento: os regimentos internos
190 dos câmpus Camaquã e Passo Fundo. O conselheiro Tales Amorim lembrou de ser hoje
191 a data de aniversário do câmpus Camaquã. Sobre o regimento, as alterações, em relação
192 ao anterior são a criação do conselho de câmpus, a extinção de coordenadorias *pro*
193 *tempore* e da coordenadoria de estrutura funcional de ensino. A representante da DDI,
194 Flavia Costa, lembrou que os regimentos dos câmpus estão em estágios diferentes de
195 discussão, que hoje estão sendo trazidos para apreciação os de Camaquã e Passo Fundo.
196 Charqueadas está terminando a discussão, e os outros câmpus já estão começando a
197 discussão, para posterior à DDI, que faz avaliação com as diretorias sistêmicas. As
198 avaliações têm sido feitas no sentido de manter a unidade, respeitando a particularidade
199 de cada câmpus para que todos possam se enxergar de forma similar. As discussões estão
200 sendo feitas a partir de documentos base já existentes, as estruturas básicas estão sendo
201 discutidas com a comunidade, a reitoria debate algumas questões de estrutura que possam
202 apresentar divergências. Com o **Regimento Interno do câmpus Camaquã**, a única
203 questão não fechada com a reitoria referente à Coordenadoria de Extensão e Cultura que
204 é responsável pelo planejamento, coordenação e supervisão das atividades, uma vez que
205 no parágrafo único consta o que é entendido por ações de extensão e o câmpus entende
206 que deveria constar o mesmo em relação à cultura. O representante da Proex, Edgar
207 Mattarredona concordou com a proposta, mas considerou que no formato de regimento
208 não caberia colocar conceituações, que deveriam constar em documentos mais
209 apropriados, que vão explicitar as ações de extensão e cultura. A Pró-reitoria se
210 manifestou favorável em retirar a conceituação, remetê-la aos demais documentos, o
211 mesmo em relação à cultura. O conselheiro Tales Amorim aceitou a retirada e o
212 regulamento foi posto, como um todo, em votação, sendo aprovado por unanimidade. A
213 representante da DDI solicitou que constasse na Resolução a vigência a partir de 8 de
214 outubro, para permitir as dispensas e designações necessárias. Disse que o NUGED
215 solicitou adequação para linguagem não sexista, mas precisa ser analisado com cuidado,
216 por se tratarem de documentos legais. Entrou na pauta o **Regimento Interno do câmpus**
217 **Passo Fundo**. A representante da DDI disse que na Coordenadoria de Extensão e Cultura
218 foi incluída a competência de coordenar a contratação de estágios contratados pelo
219 câmpus; que a reitoria tem discutido as competências das Pró-reitorias, está sendo
220 discutida bem forte a competência da extensão em relação a estágios e o que é parte da
221 PROGEP no documento base está sendo incluído como competência da PROGEP, na
222 maioria dos câmpus fica dentro do Departamento de Gestão de Pessoas, por conta do
223 processo de seleção de estagiários, que difere do processo da extensão com as empresas
224 que se difere da extensão que age com as empresas para estágios para os nossos alunos.
225 A representante de Passo Fundo, Maria Carolina Fortes justificou pelo entendimento que
226 tem de que mesmo os estágios concedidos pelos câmpus têm caráter pedagógico e estando
227 dentro da Coordenação de Extensão e Cultura, ela se aproxima mais a esses processos. A

228 representante da DDI disse entender que nessa situação seriam dois processos diferentes,
229 porque o câmpus poderia incluir como competência da extensão o acompanhamento dos
230 estágios concedidos pelos câmpus, que é diferente da seleção dos estagiários. Maria
231 Carolina Fortes respondeu que mesmo o processo seletivo é feito pensando nessa questão
232 pedagógica, e o câmpus quer manter isso. O representante da PROEX explicou que está
233 sendo esforço junto à comunidade para estabelecer as diretrizes nacionais de extensão,
234 então temos que cumprir o que é decisão institucionalizada. Na extensão o IFSul funciona
235 como concedente a um estudante de outra instituição, que vem prestar um serviço, não há
236 relação com a sociedade. A extensão é o nosso estudante atuando no mundo do trabalho;
237 são as empresas oportunizando trabalho aos nossos estudantes. O pró-reitor Nilo Pozza
238 explicou que a IN 02, de 24/06/16, do MPOG trata dos estágios obrigatório e não
239 obrigatório e no artigo vinte, explicita detalhadamente caber aos setores de gestão de
240 pessoas ou agências de integração todos os passos para contratação de estagiários. A
241 servidora Maria Carolina Fortes concordou, mas vê situação complicada porque o setor
242 de gestão de pessoas é constituído de TAs e os servidores deveriam entender todo os PPCs
243 dos cursos para ter um envolvimento maior, o que demandaria mais trabalho ao setor, e a
244 extensão já está bem estruturada. A representante da DDI explicou que a competência
245 fala não da relação câmpus com as instituições de ensino para nosso aluno fazer estágio
246 fora, mas do aluno de outra instituição que vem trabalhar aqui. A servidora Maria
247 Carolina Fortes ratificou que o câmpus considera que esta situação demanda
248 acompanhamento pedagógico. O presidente encaminhou as duas propostas para votação.
249 A primeira, do câmpus Passo Fundo, de manter junto à PROEX. A segunda, seguindo o
250 padrão institucional, deixando à parte de operacionalização com a gestão de pessoas. A
251 proposta do câmpus foi aprovada com 36 votos favoráveis, 9 contrários e 10 abstenções.
252 A seguir, foi colocado em votação o regimento interno do câmpus Passo Fundo, aprovado
253 com 3 abstenções. O conselheiro Celso Gonçalves apresentou a proposta de oferta de curso
254 técnico em agropecuária integrado, binacional, em Rivera, pois o câmpus Santana é
255 urbano. Serão ofertadas duas turmas com 32 alunos cada, sendo 16 para vagas para
256 estudantes brasileiros em casa turma. Levado à votação, foi aprovado por unanimidade.
257 A seguir, a representante da PROESP, Marilice Chapper, falou sobre a necessidade de
258 **reestruturação da Câmara de Pesquisa e Comitê Gestor**. Propôs ampliação da câmara
259 de pesquisa, hoje uma, escolhida por edital com mandato de dois anos, vencido em
260 setembro, e composta pelas nove áreas de conhecimento áreas de conhecimento do CNPq,
261 sendo o comitê gestor indicado pelo próprio câmpus. Salientou que câmara e comitê tem
262 caráter consultivo. Relatou existir uma série de funções nas normativas que são comuns
263 à câmara e ao comitê, outros vão ser avaliados. A proposta é, em vez de ter uma câmara
264 de pesquisa central, hoje com 17 componentes, constituir para câmaras locais em todos
265 os câmpus, que se reuniriam de acordo com sua área dentro do câmpus, estudariam
266 propostas e as levariam através do coordenador de pesquisa à PROESP; a ideia é
267 propiciar a maior participação de todos os câmpus; se aceita a proposta, será apresentado
268 um novo regramento. O conselheiro Marcus Ribeiro perguntou se seriam levados em
269 consideração os câmpus avançados, que tem estrutura diferenciada. A representante da
270 PROESP respondeu favoravelmente, salientando que os câmpus avançados tem diretor
271 de pesquisa. O conselheiro Carlos Correa sugeriu que o assunto retornasse aos câmpus
272 para discussão, uma vez que altera a questão regimental, posicionamento compartilhado
273 pelo conselheiro Álvaro Nebel. Respondendo a dúvida da conselheira Daniela Curcio, a
274 representante da PROESP ratificou que temos uma câmara composta por membros das



275 9 áreas do CNPq, a proposta é que tenhamos câmaras em todos os câmpus, escolhidas por
276 edital, e cada câmpus tenha representação dentro da sua área, responsável por encaminhar
277 as sugestões à Pró-reitoria. O presidente explicou que a proposta foi discutida entre
278 câmara e comitê, quando ficou entendida a importância de tirar o sombreamento existente
279 entre eles. A conselheira Flávia Costa lembrou que o regimento prevê a câmara de
280 pesquisa como competência ligada à PROPESP, então o que está sendo proposto é uma
281 alteração regimental. O presidente foi favorável ao retorno do assunto aos câmpus, pediu
282 aos diretos que incentivassem os servidores a participar das discussões. Considerando o
283 vencimento já ocorrido do mandato dos representantes da câmara, propôs a prorrogação
284 por 6 meses, que levada à votação, foi aprovada com uma abstenção. Entraram em
285 apreciação as alterações propostas para os **PPCs dos cursos Técnico em Vestuário,**
286 **Técnico em Desenvolvimento de Sistemas e Superior de Tecnologia em**
287 **Agroindústria,** todos do CaVG. Não havendo destaques, as propostas foram aprovadas
288 por unanimidade. A representante da DDI apresentou os **Quadros de Funções dos**
289 **câmpus Camaquã e Passo Fundo.** Explicou que no Quadro de Passo Fundo ficou
290 faltando incluir no encaminhamento para os conselheiros a FCC do curso Superior de
291 Tecnologia de Sistemas para Internet, que já existia no câmpus; que o arquivo já está
292 atualizado com a devida inclusão para ser levado à votação. Lembrou que também devem
293 ter a data de 08 de outubro para vigência. Colocados em votação, os Quadros de Funções
294 dos dois câmpus foram aprovados por unanimidade. A seguir, foi apresentado o **Plano de**
295 **Trabalho PDI 2020-2024.** A representante da DDI lembrou que no Consup anterior foi
296 aprovada a prorrogação do PDI atual até o fim de 2019, para fechar com o ano civil; que
297 a discussão do novo PDI está se iniciando, por isso trouxe um Plano de trabalho, que
298 ainda vai ser mais esmiuçado pela comissão central; que está trazendo a informação para
299 que seja bastante divulgado, pois é um trabalho que vai demandar muita participação de
300 todos os câmpus. Lembrou que o PDI precisa obedecer à legislação e os capítulos que
301 estão no documento são os previstos por ela. Alguns já estão em fase de construção, como
302 o Projeto Pedagógico Institucional e a OD; como são capítulos que abordam temáticas
303 diferentes está procurando trabalhar de forma individualizada e tentando construir o
304 documento com o apoio de vários setores da instituição. O plano apresenta proposta de
305 comissão central e sendo aprovada, pede que sejam indicados nomes de conselheiros dos
306 três segmentos para a sua composição. A proposta do plano e a comissão foram aprovados
307 por unanimidade e ficou definido os nomes dos conselheiros Jonatas Rosa da Silva (TA-
308 CaVG), Mara Cristina Caipú Mendes (discente-Pelotas), docentes Antonio Carlos de
309 Madalena Genz (Jaguarão) e Fábio Moreira da Silva (Passo Fundo) para comporem a
310 comissão. O presidente sugeriu que os docentes se definam na titularidade e suplência e
311 se alternem na participação. A conselheira Daniela Curcio falou sobre a **recomposição**
312 **da Comissão Interna de Supervisão.** Disse que já encaminhou à reitoria o pedido, que
313 há muito tempo está desestruturada; que no primeiro momento deve ser uma comissão
314 eleitoral para fazer a escolha dos representantes, permitindo que a CIS aconteça no nosso
315 instituto. O presidente disse que o assunto foi tratado em reunião com o Sinasefe, que foi
316 resgatado o regulamento, que está bastante defasado; que a ideia é ver se dá para colocá-
317 lo em prática, que ele tinha questões de representatividade com problemas; que segunda-
318 feira haverá nova reunião com o Sinasefe e deve ser encaminhada a criação de comissão
319 para analisar o regulamento; que a CIS está desativada desde 2013. O conselheiro Mack
320 Pedroso falou sobre o pedido de **reclassificação do tipo de atividade docente de**
321 **educação física e o pagamento de insalubridade aos docentes de educação física.**

322 Disse que o assunto não se restringe ao encaminhamento feito pelo docente do câmpus
323 Sapucaia do Sul, porque a maioria dos câmpus não tem estrutura adequada para aulas de
324 educação física. Pediu que os laudos sejam reavaliados e salientou que, além do direito à
325 percepção da insalubridade é preciso readequar a classificação, no mínimo, para
326 moderada. O conselheiro Charles Huber disse que os avaliadores querem eliminar as aulas
327 práticas nos laboratórios para evitar o pagamento da insalubridade e sugerem que os
328 professores utilizem materiais inócuos, como água e giz, em lugar dos produtos químicos
329 adequados nas aulas práticas, num curso necessita o uso de substancias toxicas e o
330 necessário é um aparato para o ensino adequado. Existem substâncias que a simples
331 existência no laboratório exige a insalubridade. O conselheiro Tales Amorim ratificou as
332 condições inadequadas das estruturas dos câmpus referentes às aulas de educação física,
333 disse que a coletividade precisa lutar para que as coisas mudem e que também é uma
334 questão de posicionamento político. Disse ser um absurdo o professor de educação física
335 não receber insalubridade, pois em muitos câmpus o professor dá as aulas na rua, exposto
336 às diversas situações climáticas, passíveis de causar danos a sua saúde. O conselheiro
337 Gabriel Almeida explicou que recebia insalubridade, deixou de recebê-la e que ao fazer
338 este ano o novo pedido, teve resposta negativa com a justificativa de que deveria ficar no
339 mínimo 50% de sua carga horário exposto ao fator gerador, de acordo com a IN. Disse
340 que o Consup deve se posicionar uma vez que o interesse dos professores é ministrar aula
341 mais qualificadas, mas a situação vem se perdendo ao longo do tempo. O conselheiro
342 Carlos Correa ressaltou a forma digna como os diretores são tratados pelo reitor e pelo
343 Pró-reitor de Pessoas nas suas demandas, o que não remete à postura dos engenheiros que
344 vão fazer os laudos e dão a impressão de estarem auditando diariamente os docentes,
345 parece que veem a intenção de os docentes cometerem irregularidades e burlar o sistema,
346 o que gera desconforto no câmpus; salientou não querer a presença deles no câmpus,
347 porque os servidores não querem ser desrespeitados. O conselheiro Álvaro Nebel também
348 falou dos professores de agropecuária que lidam semanalmente com o gado nas
349 mangueiras. Corrobora com as palavras dos colegas, mas defendeu os engenheiros pois
350 eles são cobrados pela CGU/TCU. Comentou que o não pagamento levaria o docente a
351 trabalhar com modelos, o que não permite o aprendizado real do aluno. Relatou que um
352 docente do CaVG entrou com pedido de insalubridade via judicial e teve a solicitação de
353 reavaliação de laudo por engenheiro externo à instituição. Salientou que coordenadores,
354 mesmo exercendo atividades práticas, não tem direito à insalubridade. O conselheiro
355 Emanuel Queiroga disse que o CaVG não tem servidores para atender todos os setores e
356 alguns exercem atividades que não são específicas de sua função, o que é proibido pelos
357 engenheiros do trabalho. O câmpus não tem técnico em eletrônica e muitas ações nessa
358 área são realizadas pelos técnicos de tecnologia da informação, o que é considerado
359 desvio de função. Em relação aos engenheiros do trabalho, disse ser complicado quando
360 a pessoa que faz é a mesma que julga e depois também julga o recurso, por isso defende
361 **a criação de uma instância recursal referente a laudos de insalubridade e**
362 **periculosidade.** O presidente disse que não cabe ao conselho alterar a legislação, mas há
363 questões pontuais que devem ser vistas, como a do conselheiro Gabriel, que tinha a
364 insalubridade e perdeu; que já está tratando da instância recursal. Os conselheiros Tales
365 Amorim e Daniela Curcio concordam que o Conselho deve tomar uma posição de rever
366 a forma de trabalho dos engenheiros, desde determinar se a atividade é pertinente a quem
367 a está executando até chegar na sala de aula sugerindo como as disciplinas devem ser
368 ministradas. A conselheira Daniela Curcio disse ter conhecimento de laudos que são



369 inconclusivos e aí é uma questão administrativa, se não é possível concluir, na dúvida é
370 sim. O pró-reitor Nilo Pozza disse que se existe caça às bruxas, o caçador é o Ministério
371 Público Federal, talvez por denúncias feitas; que por longos anos tivemos os laudos
372 desatualizados por falta de profissionais, mas desde 2016 o Ministério acompanha cada
373 passo que damos. Quando os novos laudos começaram a ser feitos, alguns servidores que
374 recebiam pelo laudo antigo deixaram de receber. Os novos laudos foram elaborados com
375 base nas NR 15 e 16 e na ON do MPOG, que somos obrigados a seguir. Leu a IN 4, de
376 14/02/2017 para esclarecer que a PROGEP não está querendo tirar direitos. Disse que os
377 engenheiros de trabalho não querem interferir na questão pedagógica, mas estando
378 presentes em algum lugar, têm obrigação de orientar para evitar acidentes. O Consup não
379 tem autonomia para deliberar sobre a classificação das atividades, o que é prerrogativa
380 dos engenheiros de trabalho. A ON não permite enquadrar professor de educação física
381 na insalubridade; o artigo 10 estabelece orientação sobre a concessão do pagamento da
382 insalubridade. Em relação à perda de insalubridade por servidor que assume
383 coordenadoria, mesmo continuando com suas atividades práticas, explicou ser do sistema
384 o registro de qualquer movimentação do servidor, não da PROGEP. Cabe a esta realizar
385 atualização permanente dos que fazem jus à percepção, bem como suspender o
386 pagamento. Disse que no art. 16 da ON, consta que é responsabilidade do gestor adequar
387 o pagamento mediante novo laudo e, no art. 17, que respondem nas esferas
388 administrativas, civil e penal os peritos e ou dirigentes que autorizarem pagamento em
389 desacordo com a legislação. O representante da PROEN, Rodrigo Nascimento, disse que
390 a IN04 está sendo contestada pelo Sinasefe do NR por apresentar falhas; os laudos falam
391 no aspecto quantitativo, e quantificação é muito cara, em muitas ações os juízes estão
392 dizendo que não está atrelada ao tempo de exposição, o mesmo em relação à
393 periculosidade, que uma vez estando exposto ao agente, o servidor já tem direito. Sugeri
394 fazer um estudo sobre o que está acontecendo nos institutos nacionalmente. Disse que os
395 peritos são altamente qualificados, mas a PROEN entende que eles não podem interferir
396 nas aulas práticas, que são deferidas pelas colegiados dos cursos, e os laudos de
397 insalubridade são feitos com base nos laboratórios. Sugere discussão entre Pró-reitorias e
398 conselhos sobre o tempo exigido de exposição; que os peritos também devem verificar o
399 que está acontecendo no país, pois nem todas as instituições exigem o mesmo tempo.
400 Salientou a importância da criação da instância recursal. O conselheiro Tales Amorim
401 ratificou que não se pode mudar a legislação, mas é permitido questionar o que está escrito
402 e lutar pelas mudanças. O presidente salientou que quem dá a insalubridade são os
403 engenheiros do trabalho por meio dos laudos técnicos; que se pode questionar a atuação
404 e avaliação dos engenheiros, mas que é preciso colocar formalmente as situações para
405 levar à discussão. Pediu que cada conselheiro converse com a comunidade para colocar
406 as situações do câmpus e as encaminhe ao presidente do Conselho, que levará ao MPOG
407 as questões que não puderem ser resolvidas internamente. Estabeleceu prazo de um mês
408 para que os câmpus lhe encaminhem as questões. Disse que a questão da carga horária
409 também está em questão, há uma interpretação de 40 horas para docentes e técnicos, para
410 alguns deveria ser a carga de trabalho dentro da instituição: 30 técnicos, 20 docentes. Está
411 sendo criada comissão na PROGEP para fazer esta avaliação e este debate deverá voltar
412 no próximo Conselho. Sobre a instancia recursal propôs convenio com a UFPel, no caso
413 de Pelotas, para que recursos sejam analisados por servidor alheio a quem emitiu o laudo
414 e, em outros locais, com instituição que tiver engenheiro do trabalho, a intenção é retornar
415 o assunto no próximo Consup. Representando a comissão que trabalha na elaboração do

Handwritten signatures and initials in blue ink at the bottom of the page, including a large signature on the left and several smaller ones on the right, some with the text 'UBB' visible.

